



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ERENALDO DA COSTA E SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NOS ANOS INICIAIS DA ESCOLARIZAÇÃO**

Brasília - DF
2016

ERENALDO DA COSTA E SILVA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

A Importância da Educação Financeira
nos anos Iniciais da escolarização

Monografia apresentada à
Universidade de Brasília – UNB, como
requisito para obtenção do título em
licenciatura em PEDAGOGIA sob a
orientação do Professor Antônio
Favero Sobrinho.

Data da Aprovação: 03/02/2017

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Antonio Fávero Sobrinho
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Profª Drª Catarina de Almeida Santos
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Profª Ms. Silvana Maria Silva Iunes
Coordenadora de Pedagógica do Programa de Educação Financeira
Escola da Oficina das Finanças

Brasília - DF
2016

*Aos meus pais,
meus treze irmãos,
minha amada esposa
e minha filha*

AGRADECIMENTOS

Ao meu eterno Pai Celestial por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e vislumbrar as conquistas.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de vislumbrar um horizonte superior.

Ao meu orientador Antônio Favero Sobrinho, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais pelo sopro da vida.

Aos meus treze irmãos, pela amizade e apoio de vida.

Á minha amada Urânia pelo incentivo e apoio incondicional.

Á minha filha do coração a quem tanto amo.

A todos que fizeram parte da minha formação... Meu muito obrigado.

“Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem dinheiro para recuperar a saúde. E por pensarem ansiosamente no futuro esquecem o presente de forma que acabam por não viver nem o presente nem o futuro. E vivem como se nunca fossem morrer e morrem como se nunca tivessem vivido”.

Dalai Lama

Ensina a criança no Caminho em que deve andar, e mesmo quando idoso não se desviará dele!

Provérbios 22:6

RESUMO

Em uma sociedade em que o consumo excessivo e indiscriminado está em destaque faz-se necessário que as questões relativas à Educação Financeira, ao consumo consciente e às noções de poupança e de investimento sejam discutidas junto nos anos iniciais da Educação Básica. Nesse sentido a escola tem um papel fundamental na formação da pessoa cidadã possibilitando um entendimento crítico do mundo que as cerca, tornando-as pessoas atuantes na sociedade de forma consciente na tomada de decisões. A inserção da Educação Financeira no início da escolarização pode ajudar na formação de adultos mais responsáveis financeiramente. Daí a importância de explicar não só o conceito de Educação Financeira, mas também as dimensões temporal e espacial que ela abrange, pois o conhecimento sobre Educação Financeira possibilita uma série de benefícios para quem está preparado para trilhar o caminho do aperfeiçoamento pessoal no trato com o dinheiro. Como benefícios que a Educação Financeira pode proporcionar identificam-se: a melhora na qualidade do consumo, a diminuição do estresse, maior valor aos bens materiais, uma vida mais equilibrada, auto avaliação pessoal, melhor planejamento do futuro e uma vivência melhor do presente. Sabe-se que a Educação Financeira é muito mais que ferramenta de cálculos ela é uma leitura da realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva. Este estudo tem como finalidade avaliar a importância dos pais e da escola na formação de cidadãos conscientes de seu papel no desenvolvimento econômico e social do país.

Palavras – Chave: Educação Financeira, Educação Infantil, consumo consciente, poupança, investimento.

ABSTRACT

This study will consist of three major chapters, which will deal with the general theory of Financial Education and its main concepts, developments in educational policy as an incentive for Financial Education in Brazil, and other important topics for in-depth understanding of the Financial Education in the early grades and their importance to society. In a society where excessive and indiscriminate use is highlighted it is necessary in early childhood education, instilling in children the importance of financial education, conscious consumption, savings and investment. In this sense the school has a fundamental role in the formation of citizen person providing a critical understanding of the world around them, making people active in consciously society in decision-making. The inclusion of financial education in early education can help in the formation of more financially responsible adults. Hence the importance of explaining not only the concept of financial education, but also the temporal and spatial dimensions that covers it, because knowledge on Financial Education provides a number of benefits for those who are prepared to walk the path of personal improvement in dealing with the money. As benefits that financial education can provide are identified: improving the quality of consumption, decreased stress, greater value to material goods, a more balanced life, personal self assessment, better planning for the future and a better experience of this. It is known that financial education is more than calculation tool it is a reading of reality, of life planning, prevention and individual and collective fulfillment. This study aims to assess the importance of parents and school in the formation of citizens aware of their role in economic and social development of the country.

Key Words: Financial Education, Childhood Education, Aware Consumption, Savings, End Investments.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problemática.....	11
1.2 Metodologia.....	12
2. O CONSUMISMO E AS QUESTÕES DE ENDIVIDAMENTO.....	13
2.1 Brasil, consumismo e endividamento das famílias.....	13
2.2 Preocupações entre organizações mundiais e organizações bancárias do Brasil.....	16
3. CIDADANIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	19
3.1 Cidadania Financeira: Cultura Financeira das famílias.....	19
3.2 Educação Financeira como Educação cidadã.....	22
3.3 Surgimento da proposta de Educação Financeira.....	23
3.4 Concepção de Educação Financeira.....	24
4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.....	27
4.1 Correntes e propostas da Educação Financeira nas Escolas.....	27
4.2 Políticas educacionais para infância e a questão da Educação Financeira nos anos iniciais da escolarização.....	31
4.3 Política Pública de Educação Financeira na Escola	36
4.4 Fundamentos Críticos da Educação Financeira na Escola	37
5. CONCLUSÕES.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

GRÁFICOS

- ✓ **Gráfico 01:** Indicador de inadimplência Serasa Experian..... 13
- ✓ **Gráfico 02:** Grau de dificuldade das famílias brasileiras 15
- ✓ **Gráfico 03:** Demonstração dos gastos, em média por tipo de despesa no Brasil em 1974 – 1975 e 2002 – 2003. Fonte: IBGE.....21
- ✓ **Gráfico 04:** Dimensões temporal e espacial da educação financeira..... 27
- ✓ **Gráfico 05:** Características de cada fase da criança/adolescente..... 35
- ✓ **Gráfico 06:** Gibi turma da Mônica: Meu bolso feliz.....39

1. INTRODUÇÃO

O tema da educação financeira é atual e de muita utilidade para uma sociedade melhor e com pessoas mais capacitadas para administrar suas vidas financeiramente. A educação financeira, em tal perspectiva, é entendida como um tema transversal, que dialoga com as diversas disciplinas do sistema educacional e pode ser desenvolvida de forma interdisciplinar no ambiente escolar, possibilitando ao estudante compreender seu papel para a contribuição de uma sociedade melhor.

A chamada cidadania financeira, que é entendida como o exercício pleno dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo. Mesmo assim, o assunto vem ganhando cada vez mais espaço, já que tem consequências para toda a sociedade.

A educação financeira no início da escolarização pode auxiliar na formação de adultos mais responsáveis financeiramente até a ideia de que é esse o estímulo que falta para que países como o Brasil saiam da situação de desenvolvimento na qual se encontra hoje.

A educação financeira no Brasil ainda não faz parte plenamente do universo educacional familiar e nem do ambiente escolar. Apesar da falta de conscientização financeira ainda ser um gargalo no Brasil, devemos ter em mente que as crianças são também consumidoras e precisam aprender a usar o dinheiro de maneira consciente e crítica.

Neste contexto este estudo pretende avaliar a importância dos pais e da escola na formação de cidadãos conscientes de seu papel no desenvolvimento econômico e social do país.

Partimos do princípio deste estudo que cabe à educação escolar propiciar à criança o convívio social, desenvolver uma série de habilidades visando um melhor desempenho escolar futuro e, acima de tudo, priorizar a educação para a vida, formando cidadãos articulados, conscientes de seu verdadeiro papel na sociedade.

Os comportamentos que se espera de uma pessoa se desenvolvem com muito mais propriedade em crianças do que em jovens ou em adultos. Nas fases posteriores à infância, muitas atitudes indesejadas tendem a se consolidarem o que torna mais difícil em desconstruí-las e depois reconstruí-las adequadamente como desejado.

O objetivo geral, portanto, deste estudo, é aprofundar o debate sobre a importância da educação financeira nos anos iniciais da escolarização, seguidos dos objetivos específicos abaixo relacionados:

- ✓ Identificar como a Educação Financeira pode influenciar na formação da cidadania;
- ✓ Descrever possíveis incentivos de educação financeira nos anos iniciais da escolarização;
- ✓ Identificar um possível reflexo deste ensinamento na vida adulta familiar e social.

Apresenta-se como estudo deste trabalho uma base teórica sobre a Educação Financeira, seus principais conceitos e sua evolução como política educacional junto aos anos iniciais da escolarização.

A relevância social e educativa deste estudo é abordar o tema Educação Financeira nas escolas com o intuito de abrir novas discussões e incentivos para novos trabalhos científicos sobre o tema, visto que, a educação financeira não é um conjunto de ferramentas de cálculos, é uma leitura da realidade, de planejamento de vida, de prevenção de realidade individual e coletiva. Assim, faz todo sentido ser trabalhado desde os anos iniciais da vida escolar, afinal, é neste espaço onde damos os primeiros passos para a construção do nosso projeto de vida.

1.1 Problemática

A realização deste estudo se justifica uma vez que vários estudos e pesquisas indicam a necessidade de se desenvolver a educação financeira devido ao alto índice de inadimplência que predomina entre as famílias brasileiras

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indica que o percentual das famílias brasileiras inadimplentes aumenta gradativamente e isso preocupa os estudiosos e, sobretudo, às instituições financeiras.

Tendo como base várias discussões sobre este assunto é louvável incluir também discussões e formas de inclusão do estudo de Educação Financeira no sistema educacional, incluindo-se as séries iniciais, com o intuito de desenvolver uma consciência social mais ampla que possibilite mudar comportamentos coletivos que penalizam os vários segmentos sociais em decorrência de uso inadequado do

dinheiro em decorrência de fortes pressões consumistas induzidas por campanhas massivas divulgadas intensivamente pelos meios de comunicação.

1.2 Metodologia

Assim posto, o presente trabalho tem o formato de uma pesquisa teórica, não tendo por objetivo uma aplicabilidade prática dos resultados, mas sim o enriquecimento do conhecimento científico. É importante ressaltar que o embasamento teórico é fundamental para o desenvolvimento de qualquer tipo de pesquisa e o avanço de qualquer campo da ciência.

Coerente com o objetivo acima, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que proporcionará uma maior familiaridade com a temática da Educação Financeira, considerando que se trata de um conceito novo que é objeto de debates em vários segmentos públicos e privados ligados ao mercado bem como em espaços educacionais.

A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa, pois a pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao seu foco, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos. Isto significa que o pesquisador qualitativo estuda coisas em seu ambiente natural, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos, segundo o significado que as pessoas lhe atribuem (DENZIN & LINCOLN, 1994, p.2).

Para a coleta de dados privilegiou-se a pesquisa bibliográfica por possibilitar uma maior amplitude de informações em variadas fontes e de diferentes autores, tais como livros, pareceres, leis, decretos, artigos periódicos e materiais publicados ou disponibilizados pelas mais diversas linguagens eletrônicas e que serão devidamente analisados e interpretados por uma abordagem de natureza crítica.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002 p.140) disponibiliza uma diversidade de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

2. O CONSUMO E AS QUESTÕES DO ENDIVIDAMENTO

2.1 Brasil, consumismo e endividamento das famílias

Nos últimos anos a população brasileira conheceu profundas transformações na composição de seu perfil demográfico e socioeconômico. Nos últimos anos, de forma tardia, vários segmentos das camadas populares passaram a ter acesso ao consumismo, embora de forma desigual às demais camadas sociais.

Nos últimos anos, os meios de comunicação, traduzindo os interesses econômicos do capital nacional e mundial, desenvolveram campanhas intensas que pressionando crianças, jovens e idosos em se tornarem consumidores: “Vive-se o agora como se não houvesse amanhã, como se o futuro fosse algo inatingível, algo distante, inimaginável. Vive-se com intensidade, e consome-se no mesmo ritmo, na mesma cadência”. Como desdobramento desse novo consumismo houve um consequente alto índice de inadimplência e endividamento entre as famílias. Veja-se ao gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Indicador de inadimplência Serasa Experian.



De acordo com a Serasa Experian, empresa que monitora o endividamento das pessoas, constata-se que, para a grande maioria das famílias brasileiras, o controle das finanças pessoais, ainda, não é costume passar os conceitos de educação financeira ou buscar a melhor forma de se organizar para melhor utilização do dinheiro ou renda disponível. Quando o assunto é

investimentos, os brasileiros tem perfil mais conservador, os níveis de investimento são baixos e preferem as modalidades de menos risco, como a caderneta de poupança que é a mais tradicional e caracterizado por baixo risco.

Em relação ao consumo das famílias, com exceção ao ano de 2003, o país acumulou crescimento no consumo por dez anos consecutivos, considerando o ano atual em relação ao ano anterior. Isso reflete, por exemplo, que o Brasil é dos países que mais vendem em diversos setores, segurando os resultados do PIB que vem apresentando baixos índices nos últimos anos.

Podemos então destacar três formas para o bom desenvolvimento das famílias e da sociedade na área das finanças:

- Foco nos hábitos de poupança e na responsabilidade no uso do cartão do crédito;
- Informação, formação e orientação sobre serviços e produtos financeiros e introduzir a educação financeira na escola.
- Indução de boas práticas de educação na oferta de serviços financeiros.

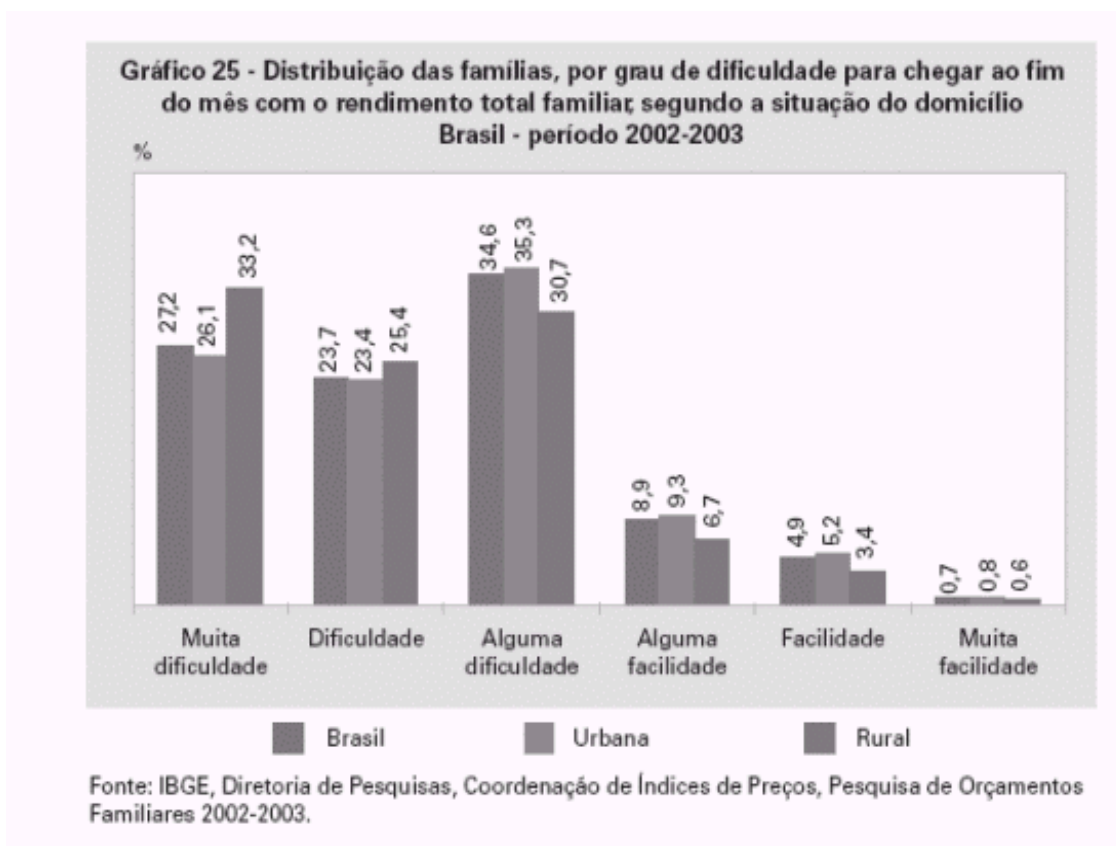
Não podemos generalizar quando se fala em educação financeira, um assunto que gera bastante questionamento: Ter dívidas não é necessariamente sempre ruim, pois esta quando feito de forma consciente, o uso do crédito é bastante positivo, e necessário, principalmente na realização de alguns sonhos, quando envolvem bens de maior valor, tais como: Casa própria, carro para uso, eletrodoméstico, entre outros bens importante para o bem estar.

Quando se faz um financiamento, ou usa-se o cartão de crédito, está assumindo uma dívida. Portanto, endividado é aquele que tem uma dívida a pagar. Se a prestação do carro ou da casa, claro que a pessoa está endividada, porém os prazos de pagamento estão sob controle e suas contas em dia. Neste caso, o crédito tomado de forma consciente e planejada, permite realizar sonhos.

Devemos lembrar que para que o consumidor não perca controle de suas contas, os planejadores financeiros nunca devem comprometer mais de 30% da sua renda líquida em financiamentos. Também é importante relacionar as dívidas em uma planilha de orçamento, para lembrar sempre que esses compromissos financeiros existem e podem impactar na vida financeira.

O IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), através do gráfico abaixo, ilustra o grau de dificuldades das famílias brasileiras por grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com a renda mensal.

Gráfico 02 – Grau de dificuldade das famílias brasileiras



O gráfico acima indica que as famílias brasileiras, seja rural ou urbana, apresentam diferentes graus de dificuldades em seus rendimentos mensais para pagar suas contas em dia. Este fato revela, de um lado, a queda de poder aquisitivo e sua capacidade de solvência em relação aos pagamentos das despesas familiares.

2.2 Preocupações entre Organizações Mundiais e Organizações Bancárias do Brasil

Assim como no cenário internacional, as questões financeiras das famílias e dos indivíduos também passaram a ser objeto de preocupação de muitos setores da sociedade brasileira.

Entre as nações mais desenvolvidas do sistema capitalista internacional, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2006) considera que os principais benefícios conferidos aos indivíduos financeiramente educados são a maior confiança nos processos de tomada de decisões e a melhoria da situação financeira, fato esse que dá as bases para um maior acesso ao sistema financeiro, à renda de aposentadoria adequada e à redução do risco de inadimplência, auxiliando ainda no desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos.

No Brasil, o Banco Central do Brasil (BACEN, 2012) considera que a educação financeira propicia ainda uma maior proteção contra infortúnios, já que os cidadãos ficam em situação mais protegida e também podem aproveitar oportunidades diferentes de investimentos, como a utilização do FGTS para a compra de ações ou o investimento em fundos de previdência que geram benefício fiscal.

A instituição salienta ainda a importância do aumento do conhecimento sobre as alternativas de crédito existentes, já que muitos brasileiros acreditam que suas únicas opções são o limite do cheque especial ou o cartão de crédito, desconhecendo opções como o crédito direto ao consumidor, o empréstimo consignado e as linhas oferecidas por cooperativas de crédito.

Além disso, a instituição afirma que a melhor compreensão dos conceitos financeiros esclarece o funcionamento de mecanismos como dos juros aplicados aos créditos do consumidor e às aplicações dos investidores, facilitando o entendimento de questões de volatilidade de cotações de ações, da relação entre risco e retorno e dos descontos concedidos na realização de compras à vista. Estes fatores levam a um grande benefício por parte do cidadão no que diz respeito às decisões diárias de consumo e investimento, ampliando sua visão de longo prazo e evitando que os consumidores entrem em estágio de inadimplência.

A instituição considera ainda que os cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações financeiras colhem informações de fontes confiáveis e efetivamente úteis, além de fazerem denúncias e reclamações pertinentes, contribuindo para a saúde financeira da economia como um todo além de se protegerem adequadamente.

Complementar a essa vertente, está a opinião de Alan Greenspan (2003), ex-presidente do Federal Reserve, que defende que os consumidores financeiramente educados se tornam menos vulneráveis a fraudes e abusos, além de se tornarem mais alertas a esquemas que prometem baixo risco frente a altos retornos.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2005) levantou em seu estudo os benefícios da educação financeira tanto para os consumidores quanto para as instituições financeiras. Segundo Mavrinac e Ping (2004 p.65), há evidências de que os problemas de dívida da maioria das pessoas não são causados pela falta de renda, mas sim pela falta de educação financeira básica, e isso se dá devido a três razões básicas. Primeiramente porque aqueles que têm esse conhecimento vão em busca de melhores alternativas de empréstimos e de renegociação das dívidas existentes, conseguindo menores taxas de juros.

Em segundo lugar, há o fato de que a chamada “educação de crédito” beneficiaria os grupos mais afetados pelo peso das dívidas: com maior conhecimento nesse sentido, os indivíduos entendem como gerenciar da melhor maneira duas contas de cartão de crédito, além de buscarem poupar mais e investir em planos de aposentadoria.

A terceira razão é que consumidores mais educados financeiramente têm mais disposição no sentido de evitar falências pessoais e créditos de fontes inseguras, o que leva a um benefício por parte das instituições financeiras, que passariam por uma redução nos índices de inadimplência e outras perdas ligadas a falências pessoais.

O Bacen (2012) alerta ainda para mais um benefício, ligado à adequação da renda de aposentadoria dos cidadãos, pois cada vez menos se pode contar com a previdência social, e a responsabilidade pela saúde financeira é transferida do Estado para o cidadão.

Dessa forma, aqueles mais financeiramente instruídos tendem a poupar mais em sua fase ativa no mercado de trabalho, buscando investimentos diferenciados e melhor estruturados, como carteiras de ações, planos de previdências privadas e seguros; enquanto isso, aqueles que detêm menos conhecimento neste sentido tendem a não poupar e, conseqüentemente, não formar o patrimônio necessário para garantir bem estar a partir de uma renda passiva.

Quando as escolhas envolvem a inteligência desenvolvida a partir da educação financeira, o seu dia a dia passa a ser melhor aproveitado, tanto para o indivíduo como para toda a sociedade.

Ainda segundo o Bacen (2012):

“Há alguns fatores culturais e psicológicos que geram limitações à educação financeira, tais como “o comportamento arraigado, a contabilidade mental, a impulsividade, a falta de interesse em aprender e a avaliação superestimada que as pessoas fazem sobre seu conhecimento financeiro, somados à eventual regulação insuficiente de um fraco sistema de proteção ao consumidor”. Dessa forma, não basta apenas fornecer informações e ferramentas financeiras aos consumidores, mas sim realizar esforços no sentido de motivá-los a superar as barreiras comportamentais para se empenharem e aprenderem como fazer uma melhor gestão financeira.”

Além disso, a instituição defende que há outros aspectos importantes no que diz respeito à adequada gestão financeira por parte dos consumidores e investidores, já que a educação financeira não substitui os demais aspectos importantes de uma política pública eficaz, sendo composta também por uma rede de proteção ao consumidor e por boa regulação das instituições financeiras.

Neste cenário, a educação infantil vem ganhando espaço uma vez que a mídia passou a explorar a fragilidade e inocência das crianças para estimular o consumo. O estabelecimento de regras e limites ajuda na criação de responsabilidades e, com paciência na criação de adultos mais equilibrados e maduros em relação ao dinheiro (D'AQUINO, 2008).

Os anunciantes também se tornaram capazes de transmitir às crianças que o consumo fará suas vidas melhores e que seu valor depende da qualidade de suas posses. Ao mesmo tempo transmite aos pais que dar produtos as crianças se iguala a lhes dar amor (Gallo, 2006).

Podemos concluir que a influência da mídia sobre as crianças é extremamente forte, as crianças brasileiras ficam sob forte influência da mídia. Nesse sentido, D' Aquino (2008) defende que o ideal é refrear o consumo infantil, pois assim a criança aprende não somente como se portar com relação à questões financeira, mas também aprende a lidar com situações adversas das quais ela não tem controle, além de ampliar sua capacidade de compreender, absorver e sobreviver a frustrações.

3. CIDADANIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3.1 Cidadania Financeira: Cultura Financeira das Famílias

Diante de um quadro de endividamento das famílias, vários setores da sociedade brasileira criaram programas destinados em educar financeiramente as pessoas e as famílias. A partir de então surgiu a ideia de cidadania financeira que é um conceito relativo aos direitos e deveres quanto o assunto é sua vida financeira.

Para o Banco Central do Brasil (BACEN), a educação, proteção e inclusão financeira contribuem tanto para a cidadania financeira como para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a estabilidade econômica do País.

Data Popular ONG, realizada em Abril de 2015, que se dedica à pesquisas de consumo junto às camadas populares, considera que o “consumo encontra-se ligado a fatores subjetivos, tais como autoestima e status. Isso é um parâmetro para entender por que as pessoas tendem a comprar bens de consumo sem planejamento, principalmente quando não estão preparadas para não ceder às promoções e facilidades de pagamento.”

Para se contrapor a esse comportamento, os defensores da cidadania financeira defendem mudanças comportamentais em relação ao consumo e o

endividamento. Segundo Maia (2000), para que haja mudanças são necessárias desenvolver uma educação financeira que se apoie nos princípios da contextualização e a interdisciplinaridade, associação essa que permite a integração do saber às competências exercidas nas diversas áreas do conhecimento.

Ainda em relação à contextualização, Maia (2000) considera que o

“ser humano age assim como uma estratégia para encontrar os pontos de ligação que permitem ao indivíduo dar significado ao que está aprendendo e praticando nas relações que envolve a sua renda e o consumo, o que depende da sensibilidade do profissional da educação financeira, inclusive na formação do cidadão.”

Perrenoud, por sua vez, afirma que ensinar direitos e deveres sem mudanças de pensamentos e atitudes não é suficiente para se formar cidadãos. Para ele,

“o exercício da cidadania é ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa, e a educação financeira tem como principal propósito ser um componente da formação para a cidadania que deve muito de como o indivíduo se planeja para as tomadas de decisões, entre elas sobre as finanças pessoais.”
(PERRENOUD, 2002)

Lucci (2006) considera que o campo das decisões de consumo e poupança requer conhecimentos sobre educação financeira, tais como “conhecimentos básicos como liquidez de ativos, valor de dinheiro no tempo, efeito da incidência de juros compostos, custos de financiamento, fluxo de caixa, orçamento e risco. De acordo com o autor, relevante também

“é a atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras: trata-se das relações dos indivíduos em sua vida prática. Esta variável tem por objetivo avaliar se há outros fatores que influenciam as decisões de consumo e poupança. A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro faz com que o tempo pareça multiplicado em “eternos instantes” acidentais e episódicos.” (LUCCI, 2006)

A educação financeira também está inter-relacionada com as dimensões temporais do passado, presente e futuro, conferindo às ações do presente a responsabilidade pelas consequências que advirão. Ou seja, para se alcançar determinada situação, é necessário planejamento que contemple distintas etapas de execução, o que envolve priorização e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente (BACEN, 2013).

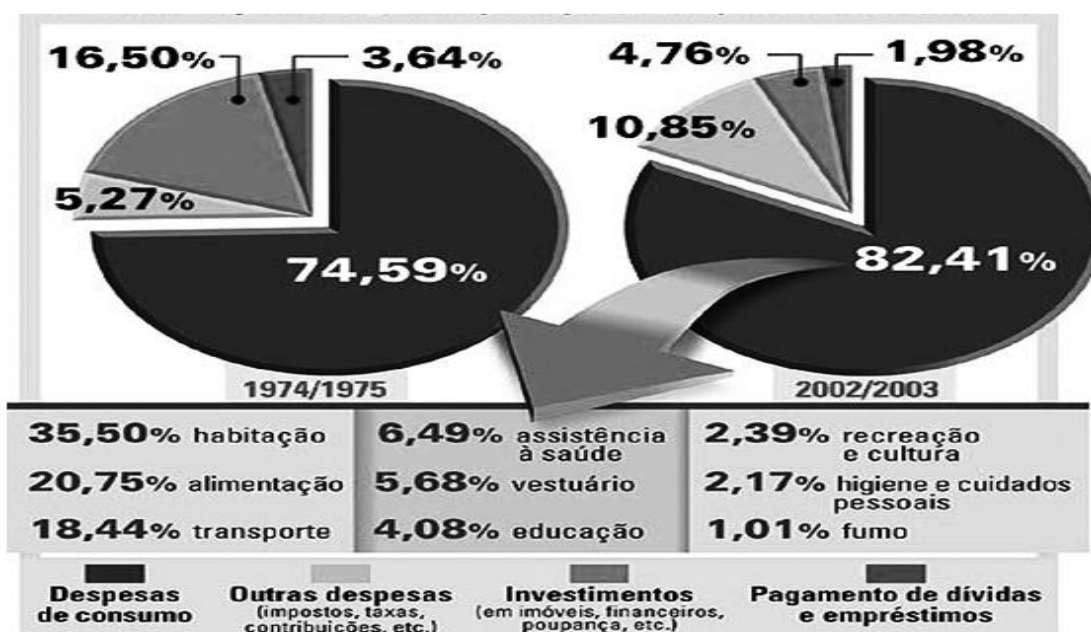
Assim como no Brasil nos Estados Unidos, a preocupação com a educação financeira também existe, apesar da reconhecida potência econômica mundial. Devido a um grande número de inadimplências, falências e consequências da má administração das finanças pessoais na economia, instituições públicas e privadas estudam constantemente essa situação e maneiras de disponibilizar programas educativos para a população, iniciando-se pelas escolas primárias. Em trabalho do Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserve) ficou definido que os objetivos são encontrar as melhores práticas de ensino, os locais de maior abrangência, o público-alvo (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002 p.3).

Se todos os estudantes, desde a educação fundamental, tivessem acesso à educação financeira, suas famílias sofreriam menos danos em sua qualidade de vida, devido à má administração do orçamento doméstico. O acesso à cidadania financeira é um direito e o conhecimento de finanças pessoais é um dever por parte de todos.

Camila Veras Mota (2016 p.20) informa que o aumento do desemprego, a inflação em nível ainda elevado e os demais desdobramentos da recessão não são os únicos elementos que pesam sobre a renda das famílias. Corroborando Mota, pesquisas conduzidas recentemente pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela Ação Educativa mostram que quase um terço dos tomadores de decisões financeiras nos domicílios brasileiros são analfabetos funcionais e, assim, são mais vulneráveis à situações de inadimplência ou de descontrole do endividamento.

O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através de seus estudos e pesquisas sobre os gastos das famílias brasileiras, ao comparar duas conjunturas econômicas, mostra como houve profunda mudança no perfil das despesas realizadas pelas famílias brasileiras:

Grafico 03. Demonstração dos gastos, em média por tipo de despesa no Brasil em 1974 – 1975 e 2002 – 2003. Fonte: IBGE.



No gráfico acima fica evidente que as despesas relativas a pagamentos de dívidas e empréstimos passou do patamar de 74,59% para 82,41%, ou seja, houve sacrifícios das despesas básicas das famílias.

3.2 Educação financeira como Educação cidadã

A mudança de perfil do endividamento das famílias brasileiras propiciou que surgisse no país um movimento em defesa a educação financeira, ou seja, paralelamente ao consumo faz-se necessário despertar a consciência do consumidor para as diversas implicações pessoais e sociais dos recursos financeiros.

A partir de então teve início um movimento em defesa da Educação Financeira que, como base no Documento de orientação para a educação Financeira nas escolas, definiu o Plano Diretor da ENEF, (2010) que tem como meta principal preparar as futuras gerações para desenvolver nelas as

competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas.

De acordo com o referido documento, a Educação Financeira,

muito mais que um conjunto de ferramentas de cálculos, é uma leitura da realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva. O estudo faz sentido ser trabalhado desde os anos iniciais da vida escolar, afinal, é neste espaço onde damos os primeiros passos para a construção dos primeiros projetos de vida. (PLANO DIRETOR DA ENEF, 2010)

Esse documento ressalta ainda que a escola é um ambiente onde as crianças aprendem não somente os conhecimentos cognitivos, mas também o que lhes proporciona capacidade de administrar sua vida em sociedade, onde possam aprender a fazer escolhas e a sonhar, mas também a descobrir formas de realização desses caminhos que foram traçados.

A educação financeira é entendida como um tema transversal, que dialoga com as diversas disciplinas do sistema de educação do ensino médio e fundamental, ao se desenvolver em sala de aula, possibilita ao estudante compreender que seus sonhos podem se tornar realidade.

Este documento embasa e propõe a forma de alinhamento da educação financeira e seus conteúdos formais ao currículo da educação básica, fundamental na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos. A proposta é oferecer ao aluno informações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis.

3.3 Surgimento da Proposta de Educação Financeira

A temática da Educação Financeira, por ser relativamente recente, está no centro de um debate entre suas várias correntes. No entanto, ainda existem poucas evidências empíricas daquilo que a literatura e os programas de educação financeira preconizam (Matta, 2007 p.41). É evidente que há muito a ser estudado e discutido sobre o assunto por parte do governo, da gestão educacional e também das famílias de modo geral.

Há estudos que relatam ainda que as avaliações de programas de educação financeira ocorrem de maneira isolada. De forma geral pode-se afirmar que os esforços de desenho e de oferta de programas de educação financeira acontecem sem que se considere sua efetividade e sem que a avaliação seja considerada como parte do processo de desenho e de oferta deste tipo de programa.

Fica oportuno afirmar que existe um vácuo crítico em tal cenário. A literatura parece reunir-se em torno de alguns preceitos básicos, que não tem sido questionados, e que passam a impressão de que são universalmente aceitos. No entanto, vários autores já questionam tal postura dogmática.

Para Willis (2009), em uma visão crítica, afirmar que promover o aumento da confiança do consumidor por meio de uma suposta – Educação – uma vez que esta não é capaz de efetivamente instrumentalizá-lo a compreender o mercado financeiro e questões macroeconômicas, dadas as suas dinâmicas, pode levar a decisões financeiras devastadoras.

Embora este assunto seja pouco discutido, abordaremos pontos relevantes para o estudo de Educação Financeira nas escolas.

3.4 Concepção de Educação Financeira

Sob o ponto de vista conceitual, conforme, Houaiss (2001 p.22), Educação Financeira é a ciência e atividade do manejo do dinheiro ou de títulos que o representem; conjunto de receita e despesas.

Podemos falar que a Educação financeira é um processo educativo que por aplicação de métodos próprios, pelos quais as pessoas de diversas idades, níveis sociais, raça ou cor, permite que as pessoas desenvolvam atividades que auxiliem na manipulação do seu dinheiro ou títulos que as representem: são informações e

formações importantes para que as pessoas exerçam uma atividade, um trabalho, uma profissão e lazer, tendo acesso ao bem estar, que faz com que os seres humanos tenham vontade para vencer as dificuldades do dia a dia.

Hábitos de consumo estão presentes nas famílias, sejam elas de posse ou não. Na concepção de Stephani (2005 p.14), quando o aluno chega à escola, ele traz consigo sua história, ou seja, as concepções de sua família, de seu bairro, sua região, bem como as concepções que foram construídas sob a influência da mídia e da própria sociedade.

Através destas concepções entra o desafio para o professor, através do seu conhecimento, produzir suas considerações sobre o assunto proporcionará ao aluno a construção da autonomia para que este analise tudo o que traz até aqui, conhecendo novas possibilidades de compreensão e contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida e assim quebrando paradigmas para uma nova sociedade.

A Educação Financeira tem como objetivo dar ferramentas para que o aluno insira-se no meio social, atentando-se para a evolução do mundo, na medida em que se observa o crescimento do setor financeiro, tendo como consequência a proliferação de serviços e produtos oferecidos.

Oliveira (2007) afirma que a Educação Financeira não deve ser confundida com o ensino das técnicas e macetes do bem administrar o dinheiro, não devendo, também, ser confundida com um manual de regras moralistas fáceis. É importante que o aluno entenda as especificidades de cada uma das ofertas, pois não sabendo utilizar de maneira correta a melhor opção, não utilizará o melhor benefício.

Almeida (2004), por sua vez, afirma que a matemática financeira deveria possibilitar ao aluno saber calcular e comparar custos, calcular descontos, saber debater sobre notícias da economia mundial e nacional e propor saídas para problemas financeiros como a falência de uma empresa ou pagamento de uma dívida de seus pais ou familiares, aprender a gerenciar recursos, compreender as opções financeiras e melhoria do seu bem estar.

É importante lembrar que “Finanças pessoais” e “Educação Financeira” são conceitos diferentes:

- Finanças pessoais – lida diretamente com números, cálculos matemáticos, trata-se de uma ciência exata.
- Educação Financeira – é uma disciplina ligada ao comportamento, hábitos, costumes, ou seja, ciências humanas.

Educação Financeira vai muito além de registros, pois estar educado financeiramente é saber o que fazer com o dinheiro, já ele é um meio para realizar sonhos e não um fim. É preciso entender que somente somos felizes em nossas vidas financeiras quando adquirimos os hábitos corretos em relação ao uso do dinheiro, quando respeitamos e o valorizamos.

Faz-se necessário que se aborde a questão da Educação Financeira em outras perspectiva. É bom pensarmos no orçamento financeiro mensal do brasileiro:

$$\boxed{\text{Ganho}} - \boxed{\text{Despesas}} = \boxed{\text{Sobra (Lucro ou prejuízo)}}$$

A formula clássica de orçamento acima está embasada na pura ciência exata e prioriza o consumo. Enxergar apenas os números não resolve, não muda comportamento e tão pouco nossos hábitos; é preciso muito mais, ter projeto de vida e entender que vivemos na Terra para sermos felizes e autores de nossas vidas.

A educação financeira deve ir muito além. Cabe a ela não só informar, mas, sobretudo, formar e orientar os indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo.

Para Amartya Sen (2007 p.08), deve haver uma reciprocidade entre o individual e o social que está presente no conceito de desenvolvimento. A riqueza financeira não é o que mais importa para se considerar que uma sociedade é de fato desenvolvida. Para Sen, o crescimento econômico de uma sociedade pode não só elevar as rendas das pessoas como também possibilitar ao Estado o

financiamento da seguridade social e a intervenção governamental ativa para a distribuição da riqueza em prol da qualidade de vida e da justiça social.

Assim, o crescimento econômico deve ser julgado não apenas pelo aumento de rendas individuais, mas também pela expansão dos serviços sociais que poderão ser acessíveis a todos os integrantes de uma nação.

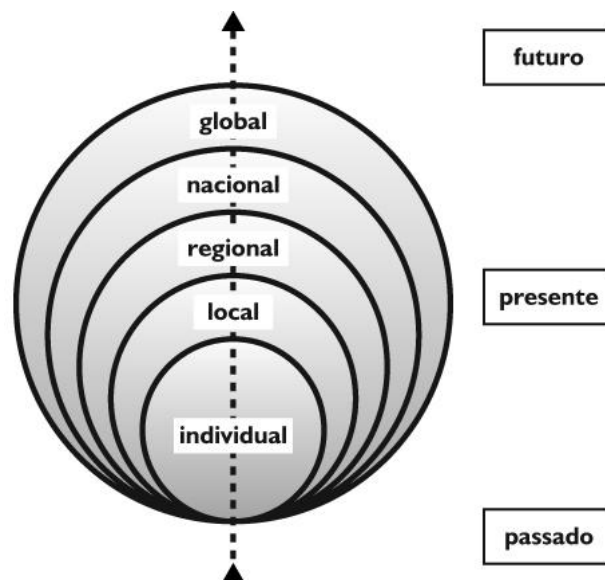
O conceito de desenvolvimento defendido por Amartya Sen, trabalha com o mesmo tipo de conexão utilizado por uma outra área de conhecimento, a ecologia. Desde a década de 90 a preocupação com o meio ambiente cresceu e trouxe uma nova consciência, que permitiu a compreensão de que os fenômenos naturais e sociais se inter-relacionam em níveis jamais imaginados.

Atualmente já se percebem os elos diretos entre ações individuais e mudanças climáticas globais ao longo do tempo. Esse pensamento, de inspiração ecológica, transborda hoje para outras áreas e abre para novas questões, como o impacto de decisões tomadas no presente sobre os sonhos de futuro e os estreitos laços entre o plano individual e o social, a indicar que é preciso agir conjuntamente para ampliar as chances de que todos colham benefícios maiores e melhores no futuro.

A questão é como trabalhar as inter-relações da condição individual com as disposições sociais da educação financeira da escola, considerando que a pessoa vivencia essas duas dimensões ao mesmo tempo.

Nessa perspectiva, o “pensamento complexo”, postulado pelo filósofo contemporâneo Edgar Morin (1996 p.05), permite interligar diversos fatores e elementos para explicar fenômenos na sua totalidade e simultaneidade e propõe a religação dos saberes para se compreender o mundo de hoje, representado pela gráfico abaixo:

Gráfico 04: Dimensões temporal e espacial da educação financeira



O gráfico 03, acima, permite que se tenha visão mais ampla da inserção da educação financeira na educação, ou seja, tal relação pode conter a chave para a escola responder às futuras demandas da sociedade: em vez de acrescentar novos conteúdos e novas matérias ao seu currículo, a escola poderá congrega as ciências em ricos diálogos que as libertem do isolamento em que vivem, aproveitando melhor o tempo e os esforços dos professores.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

4.1 Correntes e propostas da Educação Financeira nas escolas

Gradativamente as propostas de educação financeira, visando incluir a disciplina na grade das escolas públicas, se aproximaram dos princípios propostos pela a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) que prevê em seu art.205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A inserção da educação financeira junto às escolas públicas propiciou um novo debate sobre sua relevância social. Para Kioyosaki (2000 p.19), os estudantes deixam a escola sem habilidades financeiras, milhões de pessoas instruídas obtêm sucesso em suas profissões, mas depois se deparam com dificuldades financeiras. Trabalham muito, mas não progredem, ele ainda conclui que o que falta para estas pessoas não é saber como ganhar dinheiro, mas sim como gastá-lo (...)

A preocupação com a inadimplência brasileira é outro ponto positivo para que a educação financeira esteja presente junto às séries iniciais, uma vez que as nossas crianças estão necessitando de educação integradora que incorpore aos seus conhecimentos também habilidades e competências relativas ao consumo consciente, evitando-se, de forma preventiva, que elas se constituam como membros de outra geração de endividados no país.

Domingos (2014 p.18) avalia que “a educação financeira é imprescindível para construir um país mais realizador de sonhos” e ainda “não é finanças, nem exatamente apenas poupar. É mais do que cálculos matemáticos e sim hábitos, costumes e comportamentos”.

Os alunos necessitam de educadores financeiros que estejam preparados para desenvolver a própria inteligência financeira. A implantação da Educação Financeira requer uma nova metodologia de ensino que além de beneficiar os alunos possa, também, ajudar aos professores e aos pais, gerando uma sociedade unida e consciente para o Brasil.

Vale lembrar a importância da proximidade da escola e da família na educação das crianças, sendo cada um complemento para o desenvolvimento financeiro dos mesmos e para um futuro próspero e sadio.

Outro ponto de vista muito discutido é a imposição de limites como um aliado à formação do filho, como: regras para consumo de produtos caros e supérfluos deverão ser estabelecidos, e também deverão ser seguidas pelos pais.

O contato com o dinheiro desde cedo ajudará no entendimento do mesmo para criança. Porém o conceito de mesada deverá ser discutido entre pais e filhos de acordo com suas necessidades e possibilidades. Ainda a mesada não deverá ser utilizada como forma de punição, mas como bônus por algum ato bem sucedido.

Para alcançar os resultados propostos, faz-se necessário formar profissionais conscientes e capacitados para o mundo contemporâneo, visto que este não é o quadro atual da economia tanto no Brasil quanto no mundo. Neste cenário, “ser professor” é muito mais do que apenas transmitir conhecimento. Com tanta tecnologia, não faltam meios para entreter os alunos. A dificuldade está mesmo em adequar as informações à realidade de cada estudante, causando interesse contínuo deles nas atividades propostas. No entanto, outro desafio também ronda a esfera da educação: ensinar as crianças e jovens a lidar melhor com as finanças.

A educação financeira é necessária porque as pessoas ainda não estão totalmente engajadas na questão de preparar uma nova geração mais consciente e sustentável financeiramente. Aos poucos, essa mentalidade está mudando na medida em que diversas escolas espalhadas por todo o país já estão inserindo Educação Financeira em sua grade curricular, seja como disciplina, seja como matéria transversal.

O crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade dependem também de educar financeiramente os cidadãos, ensiná-los a controlar seus recursos e respeitar seu orçamento. Contudo, mais do que instruir sobre como administrar seus bens, a Educação Financeira promove uma mudança de comportamento e de velhos hábitos com relação ao uso do dinheiro.

Todo ano lemos notícias sobre aumento do número de pessoas endividadas e dependentes de linhas de crédito, empréstimos ou até de ajuda de familiares para sobreviver. Para mudar essa situação, a educação financeira tem uma presença fundamental, especialmente, nas escolas do ensino infantil ao médio, pois o que as crianças e jovens aprendem neste período escolar tem repercussões junto à família contaminando, positivamente, os pais e familiares com esses princípios.

O objetivo da educação financeira na escola é propiciar que as finanças das famílias e dos indivíduos seja devidamente abordada em uma perspectiva social mais ampla de tal forma que as questões de poupança estejam articuladas às questões de políticas governamentais e seus desdobramentos sociais mais amplos, estabelecendo relações entre a micro e a macroeconomia.

Enfim, todos os assuntos que permeiam a Educação financeira dialogam diretamente com os conteúdos das disciplinas formais ensinadas nas escolas. Com

a linguagem adequada para cada faixa etária, é possível mostrar aos alunos como lidar com as finanças do dia a dia, planejando a sua poupança para realizar os sonhos e conquistar a independência financeira.

De acordo com o Consultor Financeiro Gustavo Cerbasi (2011 p.14), as escolas que tiveram experiências com Educação Financeira em seus currículos relatam não apenas benefícios para os alunos – que, aos poucos, vão apresentando mudanças de hábito e consumo -, como os próprios pais são influenciados, já que algumas atividades envolvem exercícios com a família. Mas há também professores que passaram a ter mais controle de seus orçamentos e melhoram a sua autonomia financeira. O Consultor também fala dos benefícios para a própria escola, que, além de se destacar no mercado por oferecer um ensino diferenciado, pode ter a inadimplência reduzida ao estender o ensinamento aos pais, ajudando-os a lidar melhor com suas finanças. Essa é a principal contribuição da Educação Financeira: quebrar o ciclo de gerações de pessoas endividadas e criar uma nova geração de pessoas e famílias equilibradas financeiramente.

A educação financeira visa, também, despertar a consciência crítica em relação ao consumismo, considerando que houve uma profunda mudança no consumo das famílias. No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2008 p.190), verifica-se uma “instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades, pela consequente tendência ao consumo instantâneo, bem como a rápida obsolescência dos objetos consumidos.”

Esse ambiente consumista é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo. Por essa razão, é urgente preparar as novas gerações para uma nova mentalidade social, iniciando-se pela educação básica.

4.2 Políticas educacionais para infância e a questão da educação financeira nos anos iniciais da escolarização da educação básica

Segundo o sítio Dinheirama, a presença da educação financeira nas séries iniciais da educação básica, destinada á crianças e jovens, requer uma melhor

compreensão deste segmento escolar. A infância ligada ao conceito de aprendizagem e escolarização foi um processo extremamente lento, pois antigamente as crianças não eram respeitadas e eram tratadas como “adulto em miniatura”, pois o sentimento de infância era praticamente inexistente, e as crianças eram em muitos casos vítimas de abandono e de maus tratos.

As creches eram vistas como alternativa de subsistência para crianças pobres e se destacavam basicamente pelos cuidados com saúde, higiene e alimentação. A pré-escola, por sua vez, passou a ser encarada como a porta de entrada das crianças ricas na educação.

No Brasil, em decorrência do processo de industrialização e urbanização do país, surgiu a primeira creche no final do século XIX, apresentando cunho assistencialista e visava apenas o “cuidar”. Nesse momento, a Educação Infantil apresentava um caráter de assistência à saúde e preservação da vida, não visava fins educativos e sim a prestação de assistência.

No final da década de 1920 e no início dos anos 1930, com a expansão da industrialização, as mulheres que trabalhavam fora lutaram por locais onde pudessem deixar seus filhos durante o horário de trabalho.

Somente depois de muitas lutas e vitórias, a educação infantil passou a ser vista com outros olhos, e passou a ter objetivos educacionais explícitos, com propostas pedagógicas, onde começaram a seguir parâmetros e normas, trabalhando em prol da educação, ensino- aprendizagem, conhecimento e ao pleno desenvolvimento.

Na década de 80, com o alargamento do número de mulheres que trabalham fora, houve um aumento de demanda por creches e pré-escola. Com promulgação da Constituição Federal de 1988, garantiu-se pela primeira vez na história da educação infantil no Brasil o direito das crianças de 0 a 6 anos frequentarem creches e pré-escolas. E, em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio reafirmar e ampliar essa garantia.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, a educação infantil passou a fazer parte do sistema nacional de ensino, atribuindo como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento

integral da criança de 0 a 6 anos de idade, mudando assim o sentido de educação infantil, passando esta a ser responsabilidade da Secretaria de Educação, sendo um nível de ensino.

Em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), trazendo mudanças na área da educação infantil, considerando a criança como um ser em processo de construção de identidade, autonomia e de importância para a sociedade.

Em 1995 com a extinção da LBA (Legião Brasileira de Assistência), intensificou-se uma separação entre o atendimento nas creches, de 0 a 3 anos, visto como algo destinado às camadas populares e a pré-escola, segmento voltado para as classes média a alta.

A Constituição de 1988 determinou os direitos constitucionais em relação à educação infantil. Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), a educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica, integrando-se aos ensinos fundamental e médio.

“Só então que a educação infantil ganhou uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional e a criança foi vista como alguém capaz de criar e estabelecer relações, ser sócio histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisava apenas de cuidado, mas está preparada para a educação” (diz Beatriz Ferraz, Coordenadora Pedagógica do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), em São Paulo.

Em 1999 o Conselho Nacional de Educação publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. A partir de então, reconheceu-se a importância de que a criança tenha contato com a educação desde seu nascimento, pois quanto mais cedo a criança começar a frequentar a escola, maior a possibilidade de que tenha um bom futuro, desenvolvendo a linguagem, movimentos e exploração do ambiente, e a interação com diferentes adultos e diferentes bebês provoca um intenso conhecimento que contribui para novas

construções de suas habilidades físicas, cognitivas, emocionais e interacionais, criando e fortalecendo sua identidade e seu pleno desenvolvimento integral.

Mesmo assim, muitas melhorias ainda são necessárias em relação à educação infantil, como: melhor formação e qualificação dos educadores desta área, propiciando cursos de formação continuada; melhorar as qualidades das escolas e infraestruturas; materiais educativos; aumento de investimento tanto na educação quanto nos educadores.

No entanto, já é possível notar grandes avanços, principalmente sobre a importância da educação infantil e a respeito das necessidades que as crianças apresentam e o bem estar delas, tais como a criação de vários órgãos em prol do desenvolvimento da criança, a conquista de muitos direitos, reconhecimentos e expansão no atendimento educacional.

Os maiores desafios da educação infantil no momento são garantir os avanços obtidos na trajetória histórica do campo da educação infantil, especialmente em relação aos programas de atendimento de crianças pequenas em período integral e aos direitos adquiridos pelos profissionais que já se encontravam atuando no setor; o alcance de uma educação de qualidade; a construção de uma política para a formação de profissionais que já se encontravam atuando no setor; o alcance de uma educação de qualidade; a construção de uma política para a formação de profissionais de educação infantil, reconhecimento da condição dos professores; tradução e aplicação das leis em realidade concreta.

Desde o surgimento das leis que dirigem a educação infantil, ocorreram algumas alterações, principalmente na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. Em 2006, ocorreu um progresso expressivo que incidiu sobre a educação infantil, ao ampliar os direitos da criança até os cinco anos de idade, em creches e pré-escolas vista no artigo seguinte:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VI – educação infantil, em creches e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida

em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o conceito de infância é fruto de uma construção social, ou seja, percebe-se que sempre houve “criança”, mas nem sempre “infância”. São vários os tempos da infância, estes apresentam realidades e representações diversas, porque nossa sociedade foi constituindo-se de uma forma, em que criança começa a ganhar importância e suas necessidades estão sendo valorizadas, para que seu desenvolvimento seja da melhor forma possível, e que tudo aconteça no seu verdadeiro tempo. A infância precisa ser entendida como categoria social de efetiva importância para a sociedade, com a sua valorização e respeito, construirá uma história diferenciada.

Precisa-se, desta maneira, ter o conhecimento do que é necessário ser desenvolvido com a criança, respeitando suas necessidades caracterizadas pelo desenvolvimento intelectual, físico, emocional, para não se incorrer em equívocos de propostas errôneas e desrespeitosas com relação à infância e à criança. Entende-se que o importante na infância e o que deve ser priorizado na educação infantil são as interações: das crianças com os demais sujeitos, gerando experiências de diversas ordens na relação com os mundos físicos, sociais e emocionais que são produzidos em diferentes realidades socioeducativas.

Assim como a educação infantil tem passado mudanças significativas em suas concepções teóricas, constitucionais e educativas, a educação financeira direcionada à educação básica deve respeitar o seu processo cognitivo, ou seja, as suas etapas e momentos de aprendizagem.

O gráfico abaixo, CERBASI (2011), escritor e educador financeiro, apresenta as etapas e características que devem estar presentes no decorrer do processo educativo infantil, de tal forma que as questões de natureza financeira seja abordadas de forma construtivista tal recomenda as teorias contemporâneas de aprendizagem e do desenvolvimento das crianças.

Gráfico 05: Características de cada fase da criança/adolescente

Idade	Principais características comportamentais	Papel dos pais quanto à educação financeira
0 a 2 anos	Os desejos não estão associados ao dinheiro, mas o interesse pelas atitudes dos pais é intenso e crescente.	Dar exemplo através de suas atitudes, pois estas serão copiadas pelos filhos e os tornarão mais disciplinados.
3 a 4 anos	A realização de desejos é associada ao ato de comprar, que depende essencialmente da vontade e do dinheiro dos pais.	Evitar banalizar o consumo e estabelecer regras para o uso do dinheiro, como limites orçamentários e datas para celebração e presentes.
5 a 6 anos	Percepção de que é possível interagir com estranhos sem intervenção de adultos.	Cultivar a independência, permitir aos filhos que interajam com vendedores e manipulem dinheiro em compras pequenas.
7 a 10 anos	Percepção de papéis sociais e quantificação de valores, como o aprendizado da matemática.	Conversar sobre dinheiro, trabalho sustento da família, objetivos dos estudos e escolha de profissões.
11 a 14 anos	Percepção das responsabilidades e primeiros conflitos típicos da adolescência.	Cultivar a autonomia, com a prática da mesada ou da oferta de recursos de uso livre pelos filhos. Incluir os filhos nas tarefas de organização financeira familiar.
Acima de 15 anos	Necessidade de assumir papéis típicos de adultos	Conversar sobre temas relacionado à administração pessoal, uso de bancos, incentivos maiores à formação de poupança e desejos versus investimentos necessários.

Fonte: Cerbasi, 2011, p.42.

4.3 Política Pública de Educação Financeira na Escola

Segundo a OCDE (2005), a educação financeira corresponde a um:

“processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidas com o futuro”.

A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros no decorrer dos anos 2000 coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas. Somado a isso, o aumento das possibilidades de consumo torna necessário promover a educação financeira para despertar a consciência da população quanto as suas decisões individuais e familiares relacionadas a seus recursos.

Adotar decisões de crédito, investimento, proteção, consumo e planejamento que proporcionem uma vida financeira mais sustentável gera impactos não só à vida de cada um, como também no futuro do nosso país. A educação financeira convida a todos para ampliar sua compreensão a respeito dessas escolhas, sendo um conhecimento que possibilita o desenvolvimento de uma relação equilibrada com o dinheiro.

Todas essas questões contribuíram para a instituição da Estratégia Nacional da Educação Financeira, através do Decreto Nº 7.397, de 22 de Dezembro de 2010, em seu artigo 1º decreta:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação

financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada para promover ações de educação financeira gratuitas e sem qualquer interesse comercial. A ENEF brasileira é resultado de uma articulação entre 12 (doze) instituições de governo e da sociedade civil e, por este diferencial, valoriza ações que integrem a iniciativa privada, à sociedade civil e o governo.

4.4 Fundamentos Críticos da Educação Financeira na Escola

Nos últimos anos, a defesa de uma Educação Financeira ganhou destaque na sociedade brasileira, ganhando maior visibilidade junto aos meios de comunicação e, inclusive, propiciou a constituição de um nicho profissional denominado de Educadores Financeiros.

Neste cenário da realidade social brasileira, a Associação de Educação Financeira do Brasil tem se destacado por sua atuação em defesa da Educação Financeira no âmbito escolar.

Para essa instituição, não é necessário criar uma disciplina específica denominada Educação financeira. O mais importante que tal questão seja objeto de discussão em sala de aula e que seja abordado por professores em suas respectivas disciplinas.

Muito embora seja recorrente o desenvolvimento de educação financeira em conteúdos de matemática, recomenda-se que a educação financeira seja trabalhada de forma interdisciplinar pelos professores do ensino fundamental e médio, inclusive em disciplinas humanas.

Como exemplo, nas aulas de geografia, pode-se ensinar o tema de várias formas, por meio dos conceitos de blocos econômicos, importações e exportações, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), PIB (Produto Interno Bruto), crescimento econômico e desemprego estrutural. Pode-se, também de forma ilustrativa,

desenvolver projetos educativos integrados ao ensino de história, ou seja, os docentes podem trabalhar a contextualização da função do dinheiro em diferentes sociedades e períodos históricos.

Pode-se ainda integrar noções de educação financeira às aulas de biologia, como noções de sustentabilidade, desenvolvimento econômico e espaços ambientais, ou, também, envolver o espaço público e impactos ambientais dentro da realidade dos alunos em seu ambiente.

Enfim, de acordo com a Associação de Educação Financeira do Brasil a Educação Financeira pode ser desenvolvida em sala de aula pelos professores das mais diversas disciplinas do currículo escolar e não necessariamente haja uma matéria individual e exclusiva para essa finalidade.

Não obstante essa defesa, existem posicionamentos contrários a esta forma de ensinar a educação financeira nas escolas que defendem a existência do ensino como uma matéria única, exclusiva e separada das demais para atender a essa especificidade.

Ainda de acordo com a Associação de Educação Financeira do Brasil, independentemente da renda, a educação financeira deve estar presente na vida diária de todos. Pois um dos maiores benefícios que se pode identificar, principalmente num momento de instabilidade econômica como o que passamos, refere-se ao fato de que as pessoas educadas financeiramente estão mais preparadas para aproveitar as oportunidades que surgem no dia a dia. Elas conseguem ter um desempenho maior e um melhor desenvolvimento em vários setores: família, trabalho, saúde emocional, espiritual, intelectual e físico.

Nesse contexto, o gibi Turma da Mônica teve a iniciativa de promover um projeto de educação financeira de forma lúdica dirigida diretamente ao público infantil, abordando o tema de forma agradável e muito criativa, considerando que as crianças se interessam e tem um apreço especial por leituras em história em quadrinhos. Podemos ver um exemplo desta criativa iniciativa:

Gráfico 06: Gibi turma da Mônica: Meu bolso feliz



Toda esta ação educativa tem o objetivo de propiciar uma formação cidadã de tal forma que o aluno, em sua passagem escolar, contextualize as questões financeiras de forma integrada aos demais conhecimentos científicos e culturais de forma crítica.

O sitio Dinheirama em Setembro de 2016, considera que a educação financeira proporciona uma série de benefícios a quem está disposto a trilhar o caminho pelo aperfeiçoamento pessoal no trato com o dinheiro. Dentre os inúmeros benefícios gerados a partir da busca de conhecimento nas finanças pessoais, podemos observar alguns grandes benefícios destacados por este sitio:

- Melhora a qualidade do consumo – como o controle do orçamento doméstico, cortando itens desnecessários, além de ter um melhor controle de seus investimentos. Ou seja, faz seu dinheiro render mais, tendo em vista seus planos de vida. A combinação de maximização de renda com minimização de despesas faz com que sobre mais dinheiro, ampliando o orçamento familiar para outras compras;
- Diminuição do estresse – a educação financeira permite às pessoas fazer investimentos com mais consciência. Se a pessoa se estressa menos, logo, ela vive com menos preocupações e mais qualidade de vida.
- Maior valor aos bens materiais – Quem se educa financeiramente, além de ter um melhor controle de seus investimentos e de suas despesas, passa a perceber que o dinheiro tem valor limitado. Com menos preocupações em relação a dívidas, cartões, aplicações financeiras etc. O educado financeiramente tem mais disposição para curtir aquilo que não tem preço, um passeio com o filho, uma conversa com amigos, uma noite de sono bem dormida, uma caminhada no parque com a família, dentre outras coisas.
- Uma vida mais equilibrada – Um dos sintomas de quem não é educado financeiramente é o descontrole de seus gastos: excesso de consumo de roupas, conta telefônica demasiadamente altas, parcelamentos, entre outros.

- Auto avaliação pessoal – A educação financeira é um processo que envolve muitas e variadas reflexões, e que tem como alvo principal a pessoa que está buscando o conhecimento, ou seja, quem se educa financeiramente passa a refletir melhor não só sobre sua relação com o dinheiro, mas também sua relação com as coisas e mais importante, a sua relação com as pessoas. Nesse processo de autoconhecimento, ela muitas vezes percebe que está gastando tempo e dinheiro demais com coisas, e deixando de lado a convivência com a família e amigos.
- Melhor Planejamento do Futuro – Ter metas, sonhos e planos faz parte da natureza do ser humano. O processo de educação financeira funciona como um verdadeiro incentivo para que a pessoa busque concretizar planos para o futuro, para que ela invista na realização de seus sonhos pessoais, e isso acaba sendo uma decorrência natural de suas próprias atitudes a partir do momento em que ela põe em prática aquilo que lê, estuda e observa.

5.CONCLUSÕES

Diante de todos os estudos realizados até aqui, embora limitado, visto que ainda existe uma vasta de questionamentos a serem feitos e trabalhados. Ainda assim, fica claro a urgente necessidade da introdução da Educação Financeira nas escolas brasileiras, principalmente nos anos iniciais.

Independente do valor da renda, a educação financeira deve estar presente na vida diária de todos. Pois um dos maiores benefícios que se pode identificar, principalmente num momento instável como o que passamos, é que as pessoas educadas financeiramente devem estar preparadas para aproveitar as oportunidades que surgem no dia a dia. Elas conseguem ter um desempenho maior e um bom desenvolvimento em vários setores: família, trabalho, saúde emocional, espiritual, intelectual e físico.

São vários os benefícios que a Educação Financeira proporciona às pessoas e a sociedade, mesmo assim podemos destacar a pouca preocupação por parte da legislação educacional brasileira neste sentido.

Abriremos aqui espaço para maiores discussões e novos trabalhos com o intuito de melhorar ou até mesmo chegarmos à uma evolução significativa neste sentido. Observamos também como a evolução do ensino nas séries iniciais foi um processo muito demorado, devido à pouca importância dada à educação de forma geral. Hoje, apesar do crescimento de informações, ainda precisamos evoluir muito nesse campo. A inserção deste estudo no sistema escolar pode mudar uma sociedade privada atualmente de informações e crescimento mental e social para aproveitar melhor as oportunidades, como já citado anteriormente.

É possível ver o esforço de algumas iniciativas com o objetivo de ajudar nossas crianças em seu desenvolvimento educacional. O gibi turma da Mônica por exemplo e algumas iniciativas do BACEN, da ENEF e OCDE, junto às escolas. Mas ainda são miniaturas diante da imensidão de necessidades intelectuais, sociais e emocionais da sociedade brasileira.

A educação financeira proporciona uma série de benefícios a quem está disposto a trilhar o caminho pelo aperfeiçoamento pessoal no trato com o dinheiro.

É importante mais uma vez enfatizar os benefícios citados em todo o estudo realizado sobre o tema: melhora a qualidade do consumo; diminuição do estresse; maior valor aos bens materiais; uma vida mais equilibrada; auto avaliação pessoal; melhor Planejamento do Futuro; viver melhor o presente.

Diante de tantos benefícios citados e afirmados por vários autores, fica evidente a importância do tema e também a busca incessante pela evolução e conscientização de nossos governantes por uma sociedade melhor.

Podemos afirmar ainda que a escola é um ambiente onde as crianças aprendem não somente os conhecimentos cognitivos, mas também o que lhes proporciona capacidade de administrar sua vida em sociedade, onde possam aprender a fazer escolhas e a sonhar, mas também a descobrir formas de realização desses caminhos que foram traçados. A educação financeira é entendida como um tema transversal, que dialoga com as diversas disciplinas do sistema de

educação do ensino médio e fundamental, ao se desenvolver em sala de aula, possibilita ao estudante compreender que seus sonhos podem se tornar realidade.

Não podemos generalizar e afirmar que todas as dívidas são ruins ou prejudicam o crescimento do ser humano, mas podemos afirmar corretamente que quando estas dívidas são feitas de modo consciente, o uso do crédito é bastante positivo, e necessário, principalmente na realização de alguns sonhos, quando envolvem bens de maior valor, tais como: Casa própria, carro para uso, eletrodoméstico, entre outros bens importante para o bem estar.

Camila Veras Mota, (Valor, 28/03/16) informa que o aumento do desemprego, a inflação em nível ainda elevado e os demais desdobramentos da recessão não são os únicos elementos que pesam sobre a renda das famílias. Pesquisa conduzida recentemente pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ação educativa mostra que quase um terço dos tomadores de decisões financeiras nos domicílios brasileiros são analfabetos funcionais e, assim, mais vulneráveis a situações de inadimplência ou de descontrole do endividamento.

A educação financeira proporciona uma série de benefícios a quem está disposto a trilhar o caminho pelo aperfeiçoamento pessoal no trato com o dinheiro. Dentre os inúmeros benefícios gerados a partir da busca de conhecimento nas finanças pessoais. Não podemos generalizar, por isso quando se fala em educação financeira, um assunto gera bastante questionamento: “Ter dívidas é sempre ruim”? Quando feito de forma consciente, o uso do crédito é bastante positivo, e necessário, principalmente na realização de alguns sonhos, quando envolvem bens de maior valor, tais como: Casa própria, carro para uso, eletrodoméstico, entre outros bens importante para o bem estar. Quando se faz um financiamento, ou usa o cartão de crédito, está assumindo uma dívida. Portanto, endividado é aquele que tem uma dívida a pagar. Se a prestação do carro ou da casa, claro que a pessoa está endividada, porém os prazos de pagamento estão sob controle e suas contas em dia. Neste caso, o crédito tomado de forma consciente e planejada, permite realizar sonhos. Para o BACEN (2012), a educação financeira propicia ainda uma maior proteção contra infortúnios, já que os cidadãos ficam em situação mais protegida e também podem aproveitar oportunidades diferentes de investimentos, como a utilização do FGTS para a compra de ações ou o investimento em fundos

de previdência que geram benefício fiscal. A educação financeira inter-relaciona passado, presente e futuro, conferindo às ações do presente a responsabilidade pelas consequências que advirão. Para se alcançar determinada situação, é necessário planejamento que contemple distintas etapas de execução, o que envolve priorização e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento. Visto que, este problema afeta a todos.

Contudo, se todos os estudantes, desde a educação fundamental, tivesse acesso à educação financeira, suas famílias sofreriam menos danos em sua qualidade de vida, devido à má administração do orçamento doméstico. O acesso à cidadania financeira é um direito e o conhecimento de finanças pessoais é um dever por parte de todos.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Correa. Trabalhando Matemática Financeira em uma sala de aula do ensino médio da escola pública. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2004.

BACEN. Banco Central do Brasil. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2008.

BRAUNSTEIN, Sandra e WELCH,Carolyn. Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy. Federal Reserve Bulletin. Nov, 2002.

BRASIL, LDB – Lei das diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CERBASI, Gustavo. Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais. São Paulo: Gente, 2013. 2ª tiragem.

_____. Educação financeira nas escolas. Set. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Vida-util/gustavo-cerbasi/noticia/2012/09/educacao-financeiranas-escolas.html>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

Dinheirama.com. Set 2016. Disponível em: <http://dinheirama.com/blog/2009/12/07/7-beneficios-da-educacao-financeira>>. Acesso em 06 Set 2016.

_____. Entretenimento/2014/03/19. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/entretenimento/2014/03/19/gibis-da-turma-da-monica-abordarao-conceitos-de-educacao-financeira.html>>. Acesso em 09 Set 2016.

D'AQUINO, Cassia de. Educação financeira. Como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DATA POPULAR. A educação financeira no Brasil: Relatório quali-quantitativo, 2008.

DOMINGOS, R. Ter dinheiro não tem segredo: educação financeira para jovens. São Paulo: DSOP, 2012.

GREENSPAN, A. Prepared Statement, US Senate, Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs, Hearing on State of Financial Literacy and Educacion in Americas, 5 fev. 2003.

Mavrillac e Ping (apud OECD, 2005).

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAT Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008...2009/publicacao.pdf>>. Acesso em 09 Set 2016.

KIOYOSAKI, Robert T.; Lechter, S.L. Pai Rico, Pai Pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Ed. 66º, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LUCCI, Cíntia R.; ZERRENNER, Sabrina A; VERRONE, Antonio G; SANTOS, Sérgio C. dos. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. FEA - Faculdade de Economia e Administração – USP. São Paulo, 2006.

MAIA, Eny. A reforma do ensino médio em questão. São Paulo: Ed. Biruta. 2000.

MATTA, R.O.B. 2007. 214 f. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: O programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. Dissertação (Pós-Graduação em ciência da informação). Universidade de Brasília, 2007.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO. Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies. Paris, 2005.

OLIVEIRA, Roger Samuel Onofrillo. Educação Financeira em sala de aula na perspectiva da etnomatemática. Graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Bauru, SP, 2007.

PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SERASA. Inadimplência anual do consumidor registra a primeira queda em 14 anos, revela Serasa Experian. Acesso: 10 de Maio de 2016. Disponível em: <http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-anual-do-consumidor-registra-a-primeira-quedaem-14-anos-revela-serasa-experian/>.

STEPHANI, Marcos. Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.

WILLIS, L. Evidence and ideology in Assessing the Effectiveness of Financial Literaly Education. San Diego Law Review, 2009.